

# LETRAS E LETRADOS 7

*O Dia – 11 de agosto de 1937.*

Marcos de Souza Dantas – HISTÓRIA VERDADEIRA DOS MARCOS  
DE COMPENSAÇÃO – Livraria José Olympio Editores

Este caso, dos marcos de compensação, é quase a história do início de uma autêntica guerra comercial. O sr. Souza Dantas, que, como funcionário da Nação que é, teve a oportunidade de apreciá-la, desde as suas origens, nesse pequeno livrinho onde estuda o intercâmbio teuto-brasileiro concerta a sua opinião a respeito das medidas tomadas em oposição ao regime anteriormente seguido.

O problema, cuja discussão tanto apaixonou, em suas linhas gerais, é este: os países produtores de matérias-primas, com o deflagrar violento da crise de 1929, não resistindo à violência da catástrofe, não encontraram ânimo para resistir à queda vertical dos valores de exportação. Desaparecendo assim a única medida real de garantia da importação pelo acúmulo de grandes quantidades de mercadorias invendáveis, foram-se, aos poucos, formando a massa formidável de congelados comerciais. Sem disponibilidades proporcionadas pelas nossas exportações, deixávamos de importar; ou importávamos porque carecíamos absolutamente de certas mercadorias, mas sem as pagar como de nosso dever, acumulando dívidas de natureza comercial avultadíssimas, causa imediata do nosso desprestígio e descrédito internacionalmente; esse foi o problema do Brasil.

Com intenção séria e honesta de saldar os nossos compromissos, lançamos mão de nossas possíveis reservas, mesmo em detrimento da economia nacional. A dificuldade, porém, não estava tão-somente do nosso lado. Os países industriais, em sua maioria, desprovidos de matéria-prima, de capitais e reservas, sentindo as suas exportações diminuídas, reduzido o trabalho de suas fábricas, aumentada a questão já política da **chomage** e desaparecidos os meios do pagamento da importação de matérias-primas, sentiram-se a braços com um problema de tão terrível solução como o nosso. Se, de um lado, o Brasil deixava de importar por não poder exportar, esgotando assim os seus recursos comerciais, por outro lado, a Alemanha, a exemplo, também precisava lançar mão dos seus recursos extraordinários, com o fim de evitar um fim provavelmente trágico. Nações puramente industriais sentiram o desaparecer rápido das suas indústrias com as formidáveis quebras e o aumento alucinante dos **sem trabalho**, que, ao lado do problema comercial e político, vinham formar o problema social.

Toda solução redundava em círculo vicioso. “Não comprávamos, porque não tínhamos com que pagar; e não vendíamos porque não nos podiam pagar a nós. Estávamos frente a frente, Brasil e Alemanha, nós com abundância de café, borracha, couros, lãs, peles, algodão, minerais, carnes e tantas outras utilidades; a Alemanha com estoques abundantíssimos, também, de carvão, artigos manufaturados, materiais ferroviário e elétrico, drogas e anilinas, automóveis e outras máquinas. Precisávamos vender, exportar os nossos produtos, descongestionando mercados, e a Alemanha carecia de todas as matérias-primas que lhe pudéssemos oferecer”. No entretanto, não vendíamos à Alemanha porque ela precisava de nós, e, por sua vez, a Alemanha não nos vendia, porque nós também dela precisávamos. Os dois países sentiam insuficiência de lastro. A necessidade, porém, não encontra limites. Nos fins de 1934, os créditos alemães bloqueados no Brasil, resultantes de dívida nossa, marcavam, ao lado da oscilação cambial, a responsabilidade de um compromisso a pagar de cerca de quarenta milhões de marcos, equivalentes então em duzentos mil contos. E “a Alemanha nada nos devia porque, esgotando embora os seus últimos recursos, pagara pontualmente o que adquirira em nosso país”.

Talvez menores os nossos recursos, apelamos em tão má hora para a existência de um crédito, já sujeito à decomposição cambial, abalado pela queima de produtos naturais, pela insistência do governo em manter a medida dos nossos valores, quando os mesmos não sofriam só pelo congelamento, mas também pela queda vertiginosa de nossas relações financeiras e a quase impossibilidade de saldar as nossas dívidas anteriores. A mesma complicação veio logo após surgir em nossas relações comerciais com a Itália e Espanha, para maior mal nosso. Como, de momento, uma solução razoável não fosse apresentada, continuamos a comprar sem pagar, aumentando escandalosamente as nossas dívidas e os nossos compromissos, sem recursos, sem lastro, sem ao menos um plano sequer que concedesse prazo e condições para o pagamento das referidas dívidas. Foi aí que os países citados, temerosos de uma falência comercial ou de um fracasso financeiro, resolveram legislar sobre a matéria, exigindo compensação para aquilo que importávamos. O que quer dizer que viemos a cair em uma outra situação: presos os nossos materiais de exportação, éramos obrigados, gratuitamente, em relação à nossa dívida já passada e em relação às nossas necessidades de vida, a entregar aquilo que vínhamos de produzir. Nesse ponto, desaparecia, como por encanto, com o nosso crédito, a única fonte real de lucro que possuíamos. O Brasil teria de manter, com uma reserva formidável de mercadorias, os artigos todos necessários à existência do nosso povo.

Diante desse fato, dois caminhos surgiram: 1.º) suspender as nossas relações comerciais com a Alemanha, o que seria incorrerem no descrédito das outras nações e ficar ainda com a responsabilidade daquela dívida já compromissada, provocando como que uma falência fraudulenta da Fazenda Nacional, ou; 2.º) trabalhar junto à Alemanha, esclarecendo os nossos honestos propósitos, até conseguir convencê-la da revogação da sua última lei quanto ao Brasil. Medidas essas que, além de comerciais, exigiam fundo trato diplomático. Ou então ainda, como escreve o sr Souza Dantas, conformar-nos com o fato consumado, procurando evitar-lhe todos os inconvenientes e retirar-lhe todos os proveitos possíveis.

A forma pela qual o governo brasileiro interpretou a nova lei alemã, sujeitando-se as suas imposições, não agradou muito ao governo do Reich.

Naturalmente, opinou a Câmara do Comércio do Reich que os nossos compromissos eram anteriores e não podiam ser assim saldados em marcos compensados. Não havia outra solução, porém, para a Alemanha: ou aceitar os marcos compensados ou provocar, talvez, um rompimento de relações comerciais, o que não era vantagem para nenhum dos países. O Brasil recuou, aceitando a lei alemã, e a Alemanha também viu-se na obrigação de recuar, sujeitando-se, por sua vez, ao modo de interpretação que demos a proposta de compensação oferecida pela falada lei. Estava criada, por assim dizer, uma nova moeda com uma nova medida de valores.

O sr. Souza Dantas, cuja atuação foi deveras apreciável junto à missão alemã vinda ao Rio de Janeiro, em seu livrinho, conta pormenorizadamente como se deu essa profunda transformação em nosso comércio exterior, como foi a medida aceita, a reação produzida, os seus efeitos e os seus resultados, os lucros trazidos para o Banco do Brasil, o equilíbrio econômico-financeiro produzido pelo novo estado de coisas, com o afastamento dos supostos inconvenientes adotados como arma de batalha pelos inimigos da nova iniciativa. Examina ainda, o sr. Souza Dantas, a pretensão de todos aqueles que, como representantes de outros, queriam fazer concorrência ao Brasil, trazendo para a discussão argumentos onde o interesse privado e particular visivelmente tentava superpor-se aos grandes interesses nacionais.

Virgílio Moreira – RINCÃO NATAL

Oficinas Gráficas da “A Cruzada” – Curitiba

Eis aí um poeta que vai conquistando um mundo de leitores pela espontaneidade de sua lira, pela leveza do seu espírito, pela harmonia do seu estilo, pela cadência clássica de suas estrofes.

Ainda que não seja um nome bastante conhecido, é dos bons líricos que temos, é da raça daqueles a quem o amor e a terra se acham ligados, numa profunda comunhão universal.

O sr. Virgílio Moreira, apesar de “Rincão Natal” ser um livro de sonetos, não é bem um sonetista. Fica bem nele a redondilha pura à maneira do sr. Belmiro

Braga. Um poeta livre não poderá nunca ser um perfeito sonetista. O soneto é prisão, o soneto é o domínio clássico da forma, onde os desabafos não são possíveis e onde a arte perdura na estreiteza das linhas.

Rústico, puro como o ar matinal dos campos paranaenses, o verso do sr. Virgílio Moreira são os nossos horizontes, as nossas campinas, o sorriso das nossas cidades, a graça langüescente das nossas mulheres. Ninguém melhor do que ele pode ser chamado de poeta nosso, poeta paranaense.

O “sentir” é que faz o poeta. O dizer “o que se sente” é que é do poeta. “Rincão Natal” é um livro de sonetos, bons uns, medíocres outros, outros péssimos. Todos, porém, saídos de uma alma virgem de poeta. O sr. Virgílio Moreira é um eterno deslumbrado, estou certo de que vive em eterno deslumbramento, deslumbramento ante a vida, diante da natureza bárbara e selvagem, ouvindo o marulhar dos nossos rios, tendo dentro de si toda a potência poética das quedas do Iguaçu.

Renato Sêneca Fleury – ADOLESCÊNCIA

Comp. Melhoramentos de S. Paulo

Professor de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de São Paulo, o sr. Renato Sêneca Fleury é um grande estudioso da criança.

Publicando agora esse livro de vulgarização de conhecimentos iniciais, parece ter querido realizar uma obra de síntese do seu pensamento.

Procura, em “Adolescência”, como o título já vem explicando, estudar a criança na idade do crescimento em suas ações e reações, em sua vontade, interesse, ambição, em todos os seus sentimentos, os mais simples e os mais complexos.

Existe uma idade, a qual chamamos de pré-social, e que é a idade da formação do homem em relação das influências ambientes. É a fase da ontogênese, na expressão de Freud. E a criança, para chegar a esta fase, passa por três estados de espírito diferentes: 1.º) a idade dos interesses imediatos; 2.º) a idade dos interesses concretos especiais; 3.º) a idade dos interesses abstratos. Em cada um desses três

estados, é sempre um interesse que atrai, uma razão de ser, um sentido de vida. A primeira idade estende-se dos seis aos nove anos, a segunda vai aos doze, e a terceira aos quatorze, tudo no período primário da adolescência. Essa observação, aliás preciosa, vem de Ferriere, isto depois de a criança passar pelos períodos perceptivos, dos interesses glóssicos, dos interesses gerais e dos interesses especiais e objetivos.

O capítulo mais interessante é aquele que se refere à criminalidade. Cheio de quadros ilustrativos, o trabalho do sr. Sêneca Fleury, interessantemente confeccionado, releva em suas linhas gerais, como já dissemos, um profundo observador da alma juvenil, observador de características próprias, tanto quanto original, discípulo daquele outro Kilpatrick.